

PROJETO DE LEI Nº 5.541/2016

1. Síntese da Matéria:

O PL 5.541/2016 propõe a obrigatoriedade das empresas fornecedoras de seguros de informar ao consumidor o motivo da recusa na contratação do seguro.

A Emenda de Relator, apresentada na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), promove apenas ajuste de redação do § 1º do art. 2º, que estabelece o prazo de até dois dias, após o término do prazo indicado pela seguradora para análise da proposta de seguro, para que a referida informação seja prestada ao consumidor.

2. Análise:

O PL 5.541/2016, bem como a Emenda de Relator apresentada na CFT, não têm repercussão direta nos Orçamentos da União, eis que se revestem de caráter meramente normativo, sem impacto em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas.

Assim, não cabe afirmar se as proposições são adequadas ou não, nos termos do art. 9º da Norma Interna da CFT.

3. Resumo:

O PL 5.541/2016 e a Emenda de Relator apresentada na CFT não têm implicação orçamentária e financeira.

Brasília, 20 de novembro de 2017.

Edson Masaharu Tubaki
Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira